

INFORMAÇÃO SEMANAL

	PÁG:
✓ FLASH INFORMATIVO	1
✓ NOTÍCIAS DE MERCADOS	2
✓ BOLSA DO PORCO	5
✓ BOLSA DO BOVINO	6
✓ PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS	7
✓ PREÇO DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO	8
✓ COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS	9
✓ LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA	12
✓ RECORTES DE IMPRENSA	13

Av. 5 de Outubro, 21-2º Esq. - 1050-047 LISBOA

www.iaca.pt

✉ iaca@iaca.pt

☎ 213 511 770

No quadro do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que reconhece e valoriza o direito à privacidade e proteção dos dados pessoais, a IACA conserva os dados pessoais (nome, morada e endereço eletrónico) exclusivamente para envio da **Informação Semanal**, que nunca serão transmitidos e utilizados para outros fins diferentes daqueles que consentiu.

Lembramos que, a qualquer momento, poderá exercer o direito de retirar o consentimento anteriormente concedido, ou pedir a correção, modificação, restrição, anonimização ou eliminação dos seus dados. Estes direitos podem ser exercidos enviando-nos um e-mail para privacidade@iaca.pt

INFORMAÇÃO SEMANAL

FLASH INFORMATIVO

- **SUSTENTABILIDADE** – Ponto de situação sobre a utilização sustentável de pesticidas (produtos de proteção das culturas) e o impacto nos Limites Máximos de Resíduos; a maioria dos Estados-membros manifestou a sua apreensão perante o impacto na cadeia alimentar, humana e animal
- **AMBIENTE**: Comissão Europeia publica o pacote sobre “Poluição Zero”, um dos pilares do Pacto Ecológico Europeu
- **BOLSA DO PORCO (27/10/22)**: Tendência de descida, de 0,035 € (2,302 €/Kg carcaça)
- **BOLSA DO BOVINO (28/10/22)**: Subida de 0,03 € kg/carcaça nos novilhos e novilhas e manutenção nas restantes categorias
- **PREÇOS MÉDIOS DE PRODUTOS PECUÁRIOS (semana de 24/10/22 a 30/10/22)**:
 - AVES**: Estabilidade no frango e peru; subida nos ovos
 - BOVINOS**: Tendência de estabilidade na generalidade dos mercados
 - SUÍNOS**: Tendência de descida nos porcos e manutenção nos leitões
 - OVINOS**: Tendência mista, de estabilidade e subida nos mercados de referência
- **PREÇOS DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO**
- **COTAÇÕES INTERNACIONAIS DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS-PRIMAS**
- **LEGISLAÇÃO**: Despacho nº 12209/2022, que determina a criação do Observatório de Preços “Nacional é Sustentável”
- **RECORTES DE IMPRENSA**: Destaque para as notícias sobre o eventual bloqueio da Rússia à rota dos cereais do Mar Negro, com avanços e recuos, e para as chuvas de outono; cadeias de distribuição surpreendidas com o novo imposto sobre “lucros extraordinários”, previsto para as empresas energéticas e petrolíferas; Pedro Pimentel, da Centromarca, reflete sobre a necessidade das empresas explicarem e comprovarem as alegações ecológicas das marcas, essencial para criar confiança no consumidor

SUSTENTABILIDADE - Ponto de situação sobre diversos pesticidas

No passado dia 25 de outubro, foi organizada uma mesa-redonda relativa à Cadeia Agroalimentar sobre Pesticidas (AFCRT), e que contou com a presença de 25 organizações da União Europeia (UE), incluindo a FEFAC, e liderada pela Copa-Cogeca.

A ordem de trabalhos forneceu uma atualização sobre as discussões relativas à proposta da Comissão para um Regulamento de Utilização Sustentável (SUR) e a fixação de Limites Máximos de Resíduos (LMR) e de Tolerâncias de Importação.

As regras da UE sobre a utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos visam proteger a saúde humana e o ambiente dos possíveis riscos e impactos dos pesticidas, sendo que estas regras incentivam a redução dos pesticidas por meio da proteção integrada das culturas e de alternativas aos pesticidas químicos.

Recorde-se que a proposta do regulamento estabelece objetivos juridicamente vinculativos a nível comunitário e nacional, para reduzir a utilização e o risco de pesticidas químicos em 50%, e a utilização dos pesticidas mais perigosas (candidatos à substituição) até 2030.

É igualmente proposta a proibição de todos os pesticidas em áreas sensíveis (áreas urbanas e áreas ambientalmente protegidas) - objetivos da Estratégia “Do Prado ao Prato”.

Naturalmente, a grande maioria dos Estados-membros encontra-se apreensivo relativamente a esta proposta, particularmente, no que respeita ao método de cálculo dos objetivos de redução e sobre a proibição da utilização de pesticidas em zonas sensíveis.

Isto porque, com base nos critérios para a identificação de zonas sensíveis, um país como a Dinamarca veria toda a sua área abrangida por este conceito.

Nesta reunião, as organizações participantes entenderam que a Comissão Europeia até poderia estar disposta a comprometer esta questão das zonas sensíveis, não abdicando, contudo, dos objetivos da redução.

Do lado do Parlamento Europeu, a Comissão Líder será a DG ENVI, com Sarah Wiener a ser nomeada como relatora.

A AFCRT está a considerar a elaboração de uma carta conjunta apelando para:

- i) uma avaliação holística de impacto;**
- ii) objetivos de redução baseados na ciência, mensuráveis e exequíveis;**
- iii) liberdade deixada aos Estados-membros para definirem áreas sensíveis.**

Relativamente aos LMR, a proposta da Comissão que fixa no Limite de Quantificação os LMR para os dois inseticidas neonicotinóides, clotianidina e tiametoxame, foram votadas positivamente pelo SCoPAFF, em setembro de 2022, e entrarão em vigor provavelmente em janeiro.

Considerando que a proposta foi a primeira do género baseada em considerações ambientais e não na segurança alimentar, foi notificada à secção TBT (Barreiras Técnicas ao Comércio) da OMC, para consulta, e à secção SPS (Medidas Sanitárias e Fitossanitárias), apenas para informação.

Espera-se que a mesma abordagem seja seguida pela Comissão, no início de 2023, para três outras substâncias: quinoxifena, lufenurão e imidaclopride.

Relativamente ao glifosato, a autorização expira em meados de dezembro de 2022, enquanto o parecer da EFSA para a renovação da autorização está agendado apenas para junho de 2023.

A proposta da Comissão de prorrogar a autorização por um ano para permitir a tomada de uma decisão com base no parecer da EFSA não obteve uma maioria qualificada no SCoPAFF de setembro de 2022.

Tal significa que a decisão está agora nas mãos do Comité de Recurso, para uma decisão até ao final de novembro.

Em caso de ausência de parecer, será a Comissão Europeia decidir.

AMBIENTE - Publicação do pacote “Poluição Zero”

No passado dia 26 de outubro, a Comissão Europeia publicou o seu pacote "Poluição Zero" que representa um passo em frente em termos da realização do objetivo do Pacto Ecológico Europeu de alcançar um **ambiente livre de poluição nociva até 2050**.

Este pacote propõe normas mais rigorosas em matéria de poluentes do ar ambiente e das águas superficiais e subterrâneas e de tratamento de águas residuais urbanas.

Com base nos ensinamentos obtidos com a legislação em vigor, **a Comissão propõe, por um lado, reforçar os níveis autorizados de poluentes e, por outro, melhorar a sua aplicação**, de modo que os objetivos de redução da poluição possam ser mais frequentemente alcançados na prática.

Este quadro legislativo, levado a cabo pelo Vice-Presidente Executivo Frans Timmermans, e pelo Comissário do Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus Sinkevičius, contém várias propostas:

Revisão das Diretivas Qualidade do Ar

Este conjunto de propostas fixará normas de qualidade provisórias à escala da União Europeia para 2030, harmonizá-las-á mais estritamente com as orientações da Organização Mundial da Saúde, e colocará a UE na trajetória certa para alcançar a poluição zero do ar o mais tardar até 2050, em sinergia com os esforços em matéria de neutralidade climática.

Para tal, a Comissão propõe várias ações, tais como **limiares mais rigorosos para a poluição, melhor acesso à justiça para um ar limpo, e melhores regras para a compensação dos cidadãos que sofrem de má qualidade do ar.**

A revisão garantirá que as pessoas com problemas de saúde causados pela poluição atmosférica tenham direito a ser compensadas em caso de violação das normas da União Europeia em matéria de qualidade do ar.

A Comissão visa também **obrigar os Estados-membros a controlar alguns poluentes, tais como o amoníaco;**

Revisão da Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas

Contribuirá para que os europeus possam usufruir de rios, lagos, águas subterrâneas e mares mais limpos, tornando simultaneamente o tratamento das águas residuais mais eficaz em termos de custos.

A Comissão Europeia propõe diversas melhorias para proteger a saúde do consumidor e do ambiente, tais como obrigações no sentido de **recuperar os nutrientes das águas residuais, novas normas para os micropoluentes e novos requisitos de monitorização para os microplásticos**.

O setor das águas residuais dispõe de um importante potencial inexplorado em matéria de produção de energias renováveis, por exemplo a partir do biogás.

Os países da UE serão obrigados a identificar a poluição industrial na fonte, a fim de aumentar as possibilidades de reutilização das lamas e das águas residuais tratadas e evitar a perda de recursos.

Regras relativas à recuperação do fósforo presente nas lamas apoiarão a sua utilização para produzir fertilizantes, em benefício da produção alimentar;

Atualização das listas de poluentes presentes nas águas subterrâneas e superficiais

Trata-se de uma lista de poluentes que devem ser controlados de forma mais rigorosa, com base nos dados científicos mais recentes.

A Comissão Europeia propõe **acrescentar 25 novas substâncias, com efeitos problemáticos bem comprovado sobre a natureza e a saúde humana, à lista de poluentes que precisam de ser controlados**, nomeadamente, as PFAS – um vasto grupo de “substâncias químicas para sempre” utilizadas, nomeadamente em utensílios de cozinha, vestuário, mobiliário, entre outros -, glifosato, bisfenol A, e alguns produtos farmacêuticos utilizados como analgésicos, medicamentos anti-inflamatórios e antibióticos;

As propostas serão agora examinadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, em conformidade com o processo legislativo ordinário.

Uma vez adotadas, entrarão em vigor progressivamente, existindo objetivos diferentes a cada década, entre 2030 e 2050.

Recorde-se que a poluição atmosférica, só por si, é responsável pela morte prematura de cerca de 300.000 europeus por ano, e as normas propostas reduzirão o número de mortes resultantes de níveis do principal poluidor, PM_{2,5} superiores aos limites previstos nas orientações da Organização Mundial da Saúde em mais de 75 % em dez anos.

Fonte: FEFAC/IACA

BOLSA DO PORCO

INFORMAÇÃO SEMANAL

Sessão de 27 de outubro de 2022

2,302 € (Descida de 0,035€)

PREÇO INDICATIVO NÃO VINCULATIVO FIXADO NESTA SESSÃO

(Euros /KG/Carcaça, Classe E, 57% de músculo, entrada Matadouro)

ÚLTIMAS COTAÇÕES REGISTRADAS NA U.E

PAÍS	DATA	EUROS	Nas Condições para:
Espanha	27 de outubro	1,678	Lérida: Euros peso/vivo
França	27 de outubro	1,914	Plérin: em Euros, carcaça, TMP.
Países Baixos	24 de outubro	1,930	Utrechtse: em Euros, com 56% de carne
Dinamarca	27 de outubro	1,670	Em Coroas DK, convertido em Euros, carcaça, 57% de carne
Alemanha	26 de outubro	1,900	Em Euros, carcaça com 56% de carne

Ver também em: www.bolsadoporco.com

A próxima sessão realizar-se-á no dia 03 de novembro de 2022 (quinta-feira), pelas 19 horas

A Mesa de Cotações

BOLSA DO BOVINO

INFORMAÇÃO DE MERCADO

SESSÃO Nº 43 de 28 de outubro de 2022

TENDÊNCIA: Subida de 0,03 € nos Novilhos e Novilhas e manutenção nas restantes categorias.

Novamente subida de 0,03 € nos novilhos e novilhas e manutenção nas restantes categorias.

Cotações registadas esta semana, em Euros/Kg/Carcaça R

Categoria	Cotação
Novilhos	5,32
Novilhas	5,37
Vitela	6,00
Vacas	3,70

Observações: As cotações estabelecidas na mesa referem-se aos animais vendidos, pagos em função do peso carcaça.

A próxima sessão realizar-se-á na sexta-feira, dia 04 de novembro de 2022, pelas 12h:15m.

A Mesa de Cotações

PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS

BOVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	5,00	5,05	1,00%
Entre Douro e Minho (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,80	3,80	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,00	2,00	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	250,00	250,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,50	4,50	0,00%
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,70	3,70	0,00%
Coimbra (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	5,15	5,15	0,00%
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,80	3,80	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	350,00	350,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,70	4,85	3,19%
Guarda (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,50	4,50	0,00%
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,75	3,75	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	5,10	5,10	0,00%
Novilho 12 a 24 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	4,55	4,55	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/Kg. P. Carcaça	2,50	2,50	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,20	2,20	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	400,00	400,00	0,00%
Évora (Produção)			
Novilho 12 a 24 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	5,10	5,10	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/KG. P. Carcaça	3,00	3,00	0,00%

OVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,50	3,75	7,14%
Alentejo Norte (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,50	3,50	0,00%
Beja (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,25	3,75	15,38%
Castelo Branco (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Coimbra (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Cova da Beira (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	5,00	5,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,50	3,50	0,00%
Estremoz (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,60	3,60	0,00%
Évora (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,60	3,86	7,22%
Ribatejo (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	3,00	3,00	0,00%

AVES / OVOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Dão - Lafões (Produção)			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	sc	sc	-
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	1,75	2,00	14,29%
Dão - Lafões (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	sc	sc	-
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	1,95	2,05	5,13%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	1,85	1,95	5,41%
Litoral Centro (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	sc	sc	-
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	1,85	1,95	5,41%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	1,75	1,85	5,71%
Médio Tejo			
Ribatejo e Oeste			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	1,23	1,23	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	1,90	1,95	2,63%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	1,95	2,10	7,69%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	1,85	2,00	8,11%
Perú 80% 5,7 a 9,8 Kg. EUR/KG - P. Carcaça (Grossista)	2,95	2,95	0,00%

SUÍNOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

PORCO Classe E (57%)

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo	2,31	2,26	-2,16%
Beira Interior	2,31	2,28	-1,30%
Beira Litoral	2,30	2,27	-1,30%
Entre Douro e Minho	2,35	2,32	-1,28%
Ribatejo e Oeste	2,26	2,23	-1,33%
COTAÇÃO MÉDIA NACIONAL (*)	2,30	2,27	-1,30%

* Cotação com base no volume de abate de cada área de mercado

LEITÕES - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Leitões até 12 Kg			
Alentejo	3,81	3,81	%
Algarve	3,75	3,75	0,00%
Beira Litoral	3,92	3,92	0,00%
Ribatejo e Oeste	3,88	3,88	0,00%
Leitões de 19 a 25 Kg.			
Alentejo	2,50	2,50	0,00%

Unidade: EUR / TONELADA

CEREAIS - PREÇOS DO MERCADO INTERNO

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
LISBOA			
Trigo Mole Forrageiro	367,00	370,00	0,82%
Cevada Forrageira (Hexástica)	343,00	350,00	2,04%
Milho Forrageiro	336,00	348,00	3,57%

Semana Anterior: De 17 a 23/10/2022
 Semana Corrente: De 24 a 30/10/2022
 Fonte: SIMA/GPP

COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS

CEREALES Y PIENSOS					
Cotizaciones de la Lonja de Mercolleida del viernes 28 de octubre de 2022					
Producto	Tiempo	Posición	21 octubre	28 octubre	Pago
Trigo panificable nacional	Disp	scd Lleida	385,00	385,00	30 días
Trigo forrajero nacional	Disp	scd Lleida	375,00	375,00	30 días
Trigo forrajero francés	Disp	scd Lleida	373,00	373,00	15 días
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Disp	s/Tarr/almacén	363,00	363,00	Contado
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Nov-dic	s/Tarr/almacén	361,00	362,00	Contado
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Ene-mar 23	s/Tarr/almacén	---	363,00	Contado
Cebada PE 62 nacional	Disp	scd Lleida	358,00	355,00	30 días
Cebada PE 62 importación	Disp	s/Tarr/almacén	343,00	343,00	Contado
Cebada PE 62 importación	Ene-mar 23	s/Tarr/almacén	---	347,00	Contado
Maíz nacional	Disp	scd Lleida	350,00	350,00	30 días
Maíz francés	Disp	scd Lleida	sin oferta	sin oferta	15 días
Maíz importación	Disp	s/Tarr/almacén	338,00	336,00	Contado
Maíz importación	Nov-dic	s/Tarr/almacén	340,00	336,00	Contado
Maíz importación	Ene-mar 23	s/Tarr/almacén	345,00	342,00	Contado
Colza en grano 42% cont. aceite	Disp	scd Tàrraga	615,00	625,00	30 días
Harina soja importación 47%	Disp	s/Tarr/Barna/alm	585,00	575,00	Contado
Harina soja importación 47%	Nov	s/Tarr/Barna/alm	582,00	575,00	Contado
Harina soja importación 47%	Dic	s/Tarr/Barna/alm	575,00	572,00	Contado
Harina soja importación 47%	Ene-mar 23	s/Tarr/Barna/alm	545,00	543,00	Contado
Harina soja importación 47%	Ene-dic 23	s/Tarr/Barna/alm	---	504,00	Contado
Harina girasol integral 28%	Disp	sco Tàrraga	310,00	315,00	Contado
Harina girasol integral 28%	Disp	s/Tarr/almacén	305,00	313,00	Contado
Harina girasol alta prot 34%-36%	Disp	s/Tarr/almacén	380,00	380,00	Contado
Harina colza 00	Disp	sco Tàrraga	415,00	418,00	Contado
Harina colza 00 importación	Disp	s/Tarr/almacén	sin oferta	sin oferta	Contado
Harina colza 00 importación	Nov-dic	s/Tarr/almacén	410,00	412,00	Contado
Harina palmiste	Disp	s/Tarr/almacén	270,00	278,00	Contado
Harina palmiste	Nov-dic	s/Tarr/almacén	270,00	278,00	Contado
Pulpa remolacha importación	Disp	s/Tarr/almacén	376,00	378,00	Contado
Pulpa remolacha importación	Nov-dic	s/Tarr/almacén	376,00	378,00	Contado
DDG importación EEUU	Disp	s/Tarr/almacén	404,00	404,00	Contado
DDG importación EEUU	Nov-dic	s/Tarr/almacén	400,00	400,00	Contado
Grasa animal UE 10-12%	Disp	sco	1.160,00	1.160,00	30 días
Grasa animal nacional/UE 3-5%	Disp	sco	1.220,00	1.220,00	30 días
Manteca 1º	Disp	sco	1.400,00	1.400,00	30 días
Manteca 2º	Disp	sco	1.360,00	1.360,00	30 días
Aceite crudo de soja	Disp	s/Barna extract	1.565,00	1.564,00	30 días
Aceite de palma	Disp	s/Barna/almacén	sin oferta	sin oferta	30 días
Aceite de palma	Nov arribada	s/Barna/almacén	1.250,00	1.225,00	30 días
Aceite de palma	Dic	s/Barna/almacén	---	1.195,00	30 días
Fosfato monocálcico/granel	Octubre	scd Lleida	1.250,00	1.250,00	30 días
Fosfato bicálcico mineral/granel	Octubre	scd Lleida	1.090,00	1.090,00	30 días
Prot. Animal Transf. H50 (petfood)	Octubre	sco	330,00	330,00	30 días
Prot. Animal Transf. H55 (petfood)	Octubre	sco	410,00	410,00	30 días
Prot. Animal Transf. H60 (petfood)	Octubre	sco	505,00	505,00	30 días
Prot. 100% ave 60/62	Octubre	sco	760,00	760,00	30 días
Prot. 100% ave 63/68	Octubre	sco	790,00	790,00	30 días
Prot. 100% porcino 50/54	Octubre	sco	590,00	590,00	30 días
Prot. 100% porcino 55/59	Octubre	sco	695,00	695,00	30 días
Prot. 100% porcino 60/64	Octubre	sco	720,00	720,00	30 días
Cascarrilla de soja importación	Disp	s/Tarr/almacén	333,00	338,00	Contado
Salvado trigo hoja/granel	Disp	sco Lleida	346,00	353,00	30 días
Salvado trigo harinilla/granel	Disp	sco Lleida	316,00	323,00	30 días
Salvado trigo cuarta/granel	Disp	sco Lleida	305,00	312,00	30 días

- Disp: disponible - s/sf/sc/d/o: sobre puerto/ferrocarril/camión/destino/origen.
 (*) Pocas operaciones. (**) Sin operaciones. (***) Sin oferta. EUR/tn. R: regularización.
 Precio de referencia, no vinculante y sujeto a negociación individual.

Fonte: Bolletín Mercolleida

LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA

Diário da República I Série – nº 210 – 31 de outubro de 2022

Decreto-Lei n.º 75/2022:

Assegura a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (UE) n.º 2019/1021, relativo a poluentes orgânicos persistentes [PDF](#)

Diário da República II Série – nº 202 – 19 de outubro de 2022

Despacho n.º 12209/2022:

Determina a criação do Observatório de Preços «Nacional é Sustentável» [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia L 275 – 25 de outubro de 2022

Regulamento de Execução (UE) 2022/2048 da Comissão de 24 de outubro de 2022,

Que aprova o ácido L-(+)-lático como substância ativa existente para utilização em produtos biocidas do tipo de produtos 6, em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho [PDF](#)

Decisão de Execução (UE) 2022/2054 da Comissão de 21 de outubro de 2022,

Sobre objeções não resolvidas relativas às condições de concessão de uma autorização para o produto biocida Preventol A 12 TK 50 em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho [notificada com o número C(2022) 7408] [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia L 276 – 26 de outubro de 2022

Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão de 24 de outubro de 2022,

Que altera os anexos V e XIV do Regulamento de Execução (UE) 2021/404 no que diz respeito às entradas relativas ao Reino Unido e aos Estados Unidos nas listas de países terceiros autorizados para a entrada na União de remessas de aves de capoeira, produtos germinais de aves de capoeira e carne fresca de aves de capoeira e de aves de caça [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia L 281 – 31 de outubro de 2022

Decisão de Execução (UE) 2022/2098 da Comissão de 25 de outubro de 2022,

Que altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2021/641 relativa a medidas de emergência contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade em determinados Estados-Membros [notificada com o número C(2022) 7828] [PDF](#)



28.outubro.2022

CHUVAS DOS ÚLTIMOS DIAS JÁ GARANTEM PASTAGENS E CULTURAS DE OUTONO/INVERNO – MINISTRA

As chuvas dos últimos dias já garantem pastagens e condições para as culturas de outono/inverno, depois de um ano de seca que afetou todas produções, disse hoje a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes.

“Claramente, estas chuvas, que vieram em boa hora, já nos ajudaram a ultrapassar o nível de stresse hídrico que os nossos ecossistemas todos tinham”, afirmou a ministra, em Bragança, à margem de uma visita à fábrica da castanha Sortegel.

A castanha é uma das produções agrícolas onde os efeitos da seca são visíveis no atraso da campanha e na menor quantidade que se espera, este ano, na região transmontana, a maior produtora nacional.

As chuvas de outubro trouxeram também a expectativa de as variedades de castanha mais tardias ainda recuperarem e a certeza avançada hoje pela ministra de que há já “uma recuperação de água no solo, dos lençóis freáticos, das barragens”.

“Ainda não é suficiente para estarmos descansados, mas tem uma consequência que nos parece muito importante, que é recuperarmos o nível de água no solo, o que permite, nomeadamente aos nossos prados, às pastagens naturais ou semeadas, poderem começar a desenvolver-se”, indicou a governante.

Beneficiadas pela chuva estão também a ser as culturas de outono/inverno, depois da ameaça da seca, que, a manter-se “difícilmente” permitiria existirem condições para estas produções, como salientou.

“Claramente já temos, neste momento, o nível mínimo para garantir pastagens e condições para se poder planear estas culturas de outono/inverno”, venceu.

A ministra ouviu durante a visita, em Bragança, o apelo ao reforço do regadio na região que, garantiu, “é o distrito com os maiores investimentos em regadio”, salientando que “o trabalho que está a ser feito é notório, pela quantidade de projetos aprovados, em execução e já concluídos”.

“Para o distrito de Bragança estamos a falar de 32 projetos de melhoria dos regadios existentes, oito mil hectares com um investimento total de quase 66 milhões de euros”, concretizou.

Entre estes projetos estão 9,3 milhões de euros para o alteamento da barragem da Burga e a construção da barragem do ribeiro do Cerejal, para reforçar o regadio do Vale da Vilariça, um dos mais férteis da região.

O alteamento para aumentar a capacidade de armazenamento da barragem da Burga é reclamado há anos apesar do financiamento garantido tem sido motivo de queixa da Associação de Regantes devido à demora do processo entregue à Câmara de Vila Flor, em articulação com a de Alfândega da Fé.

A ministra explicou hoje que o projeto está sujeito a uma avaliação ‘ex-ante’ (antes de a obra poder avançar) por parte do Banco Europeu de Investimento (BEI).

“E, neste momento, estão a decorrer os estudos para o cumprimento dessa condicionante e, tendo por base os documentos que vão ser submetidos, vamos estar em condições de poder avançar para a obra, que tem que estar concluída até final de 2025”, afirmou.

Maria do Céu Antunes salientou ainda que os investimentos em curso na região também estão a ter impacto “na produção agrícola, que tem vindo a desenvolver-se” e que o Governo quer que continue este rumo com mais apoios aos agricultores.

A governante lembrou que o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), que se vai iniciar a 01 de janeiro de 2023, traz mais 30% de apoio ao rendimento dos agricultores”.

“Já este ano de 2022 abrimos a possibilidade de que todos os agricultores possam ir a estas medidas de apoio ao rendimento. Atualmente beneficiam 2. 500 agricultores e este ano são mais 1.200 agricultores das zonas vulneráveis aos fogos rurais que vão candidatar-se. Até 2026, acabando com o regime do histórico e dos direitos, todos os agricultores podem candidatar-se”, especificou.

Fonte: Lusa via [Agroportal](#)



ESTÁ BLOQUEADA ROTA DE EXPORTAÇÃO DE CEREAIS ATRAVÉS DO MAR NEGRO

O governo ucraniano afirmou hoje que a rota de exportação de cereais através do Mar Negro foi bloqueada, após a Rússia ter anunciado no sábado que suspendia o acordo que lhe permitia operar durante os últimos três meses.

O ministro ucraniano das Infraestruturas, Oleksandr Kubrakov, publicou na sua conta do Twitter uma fotografia do cargueiro “Ikaria Angel” que, segundo ele, deveria zarpar hoje carregado com 40.000 toneladas de cereais, como parte do programa alimentar global da ONU.

“Este alimento foi destinado à Etiópia, que está à beira da fome, mas, devido ao bloqueio da Rússia ao ‘corredor de cereais’, a exportação é impossível”, referiu.

O ministro ucraniano dos Negócios Estrangeiros, Dmytro Kuleba, disse que a retirada da Rússia do acordo levou ao bloqueio de 176 navios que já tinham saído dos portos ucranianos no Mar Negro.

Segundo Kuleba, a sua carga totaliza dois milhões de toneladas de cereais, o suficiente para alimentar sete milhões de pessoas.

O ministro ucraniano acrescentou que este estrangulamento surgiu porque já em setembro a Rússia começou deliberadamente a abrandar o funcionamento do corredor, a fim de dificultar o acordo alcançado sob os auspícios da Turquia e das Nações Unidas.

“A Rússia decidiu há muito tempo retomar os seus jogos da fome e está agora a tentar justificá-lo”, disse o chefe da diplomacia ucraniana na sua conta do Twitter.

Kuleba chamou ao argumento de Moscovo a suspensão do acordo devido ao ataque de ontem à sua frota no porto de Sebastopol, que fica a 220 quilómetros do corredor, um “pretexto”.

A iniciativa de permitir o desbloqueio das exportações de cereais ucranianos dos portos de Odessa, Chornomorsk e Pivdenny foi assinada a 22 de julho em Istambul, na Turquia, e deveria expirar a 22 de novembro.

O Alto Representante da União Europeia (UE) para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell, instou hoje a Rússia a “inverter” a sua decisão e a preservar o pacto de exportação de cereais.

Também o Governo espanhol exortou a Rússia a manter o acordo indireto com a Ucrânia para permitir a exportação de cereais dos portos ucranianos durante a guerra, de modo a não agravar a crise de segurança alimentar.

O ministro espanhol da Agricultura, Pescas e Alimentação, Luis Planas, chamou “lamentável” à decisão de Moscovo e acusou o país de “querer manter aberta a frente da guerra alimentar” e “provocar a fome e a insegurança nos países menos desenvolvidos”.

Fonte: [SAPO](#)



30.outubro.2022

PORQUÊ QUE OS ALIMENTOS ESTÃO MAIS CAROS? – Marisa Costa

Os bens alimentares já não são bens adquiridos.

Hoje, poucas ou nenhuma garantias temos, de que, amanhã iremos ao supermercado e poderemos trazer a quantidade de alimentos que pretendemos. Abastecer a despensa além de ficar mais caro poderá já não ser possível.

Só há poucos meses é que os portugueses sentiram os efeitos da inflação e atribuem à guerra a causa deste aumento. Infelizmente nós, os agricultores, começamos a sentir o aumento dos custos de produção em 2021, custos esses que se acentuaram significativamente com a guerra.

Vivemos num mundo global e, como tal, um acontecimento numa determinada zona do globo compromete a economia mundial e por isso **CULTIVAR HOJE É UM INVESTIMENTO DE RISCO**. Produzi 1l de leite, 1 kg de carne, 1 kg de alface hoje, fica muito mais caro que há um ano atrás e **não pode ser o agricultor a suportar os custos da inflação**.

Vivemos a tempestade perfeita:

- sucessivos governos que desvalorizaram a agricultura;
- decisões políticas que não conseguiram captar e manter os jovens na agricultura;
- pandemia;
- guerra;
- aumento do custo dos fatores de produção;
- seca;
- concorrência dos mercados estrangeiros.

Ser agricultor é um negócio de risco: semeamos, sem a certeza de que iremos colher, somos afetados pelo clima e não conseguimos prever, sequer, o preço a que iremos vender o nosso produto.

Neste momento existe muita procura e a oferta é reduzida, logo se o mercado nacional não valorizar a produção, teremos que exportar, pondo em causa a soberania alimentar portuguesa. Nos dias de hoje, se o consumidor não tiver disposto a suportar os custos de produção vai deixar de ter alimentos nas prateleiras, porque não podemos continuar a produzir abaixo do custo de produção, como tem acontecido nos últimos anos.

O PAPEL DA INDÚSTRIA

Durante muitos anos a indústria “esmagou” a produção pagando preços baixos que não permitiam sequer suportar os custos. Foram os subsídios que nos permitiram equilibrar as contas e manter o preço ao consumidor.

A título de exemplo, podemos analisar o caso do leite. O preço pago aos produtores portugueses é dos mais baixos da Europa. Estamos abaixo da média europeia desde 2010, na cauda da Europa desde 2015 e ocupamos o último lugar nos últimos dois anos. Pagar um preço justo à produção é garantir a sobrevivência do setor agrícola português.

O PAPEL DA GRANDE DISTRIBUIÇÃO

A escassez de produtos agrícolas fez com que só há cerca de dois meses é que a grande distribuição aumentasse ao consumidor o preço. Fruto de um conjunto de fatores (anteriormente enumerados), as empresas lácteas espanholas têm feito abordagens (“agressivas”) a muitos produtores com o objetivo de adquirir as suas produções. Muito do leite nacional está hoje a ser comercializado diretamente para Espanha e prevê-se que aumente até ao final do ano.

Se hoje já assistimos a falta de leite nas prateleiras de alguns supermercados esta situação tenderá a acentuar-se nos próximos tempos.

O nosso compromisso é com as pessoas. Trabalhamos para alimentar as pessoas, mas precisamos de ser ressarcidos de forma justa pelo nosso trabalho.

Os próximos tempos serão desafiantes, mas estou confiante que a situação que hoje vivemos aclara a importância de trabalhar em equipa. Desde a produção à distribuição, todos temos um papel importante e é necessário criar sinergias, unir esforços para encontrarmos o equilíbrio no mercado interno de modo a garantir a soberania alimentar.

Marisa Costa

Vice-Presidente da APROLEP

Fonte: [Agroportal](#)



DISTRIBUIÇÃO SURPREENDIDA COM NOVO IMPOSTO

Energéticas e petrolíferas já estavam à espera que nova a taxa avançasse, mas os hipermercados não. Lucros recorde divulgados esta semana ‘empurraram’ o Governo a avançar com a medida.

Depois das energéticas, o foco incidiu também na distribuição. O primeiro-ministro anunciou esta semana que a proposta de lei que o Governo irá apresentar para a tributação de lucros inesperados também irá incluir o setor da grande distribuição. Uma notícia que caiu que nem uma bomba junto dos responsáveis do setor, mas que poderá acalmar a opinião pública face aos resultados anunciados pelas várias empresas ao longo desta semana. E os números falam por si. A Galp apresentou lucros superiores a 600 milhões de euros até setembro, a EDP 518 milhões – apesar da atividade em Portugal ter apresentado perdas de 181 milhões – e a Jerónimo Martins lucrou 419 milhões, entre muitas outras.

Ao Nascer do SOL, Gonçalo Lobo Xavier, diretor-geral da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), diz que ficou a saber «ao mesmo tempo que o país», mostrando surpresa face a essa decisão, uma vez que, até à data, o Governo nunca falou com a entidade. «Não sabemos até que ponto é que isto foi muito meditado. A verdade é que não tem paralelo com as recomendações da Comissão Europeia que foi muito clara sobre esta taxação para um setor da economia específico e com uma razão muito específica», salienta. Mas deixa uma garantia: «Estamos a refletir sobre isto e enquanto setor estamos a aguardar informações e explicações do Governo sobre esta matéria. Não sabemos mesmo como vai acontecer».

O responsável afirmou ainda que «não houve nada de extraordinário que concorresse para os resultados das empresas» e que o setor se depara com «um enorme crescimento dos custos dos fatores de produção em toda a cadeia e que não tem sido transmitido para os consumidores». E em relação ao retalho alimentar lembrou que é um negócio com margens muito baixas, na ordem dos 2% a 3%. «Não há nenhum fator extraordinário, ninguém está satisfeito com a escassez de matérias primas, com o aumento do custo dos fatores de produção, com a guerra, com a instabilidade que tudo isto está a provocar nas economias».

Também as elétricas com sede em Espanha não irão escapar a este imposto extraordinário. «Apesar da sede da EDP Renováveis ser em Espanha, a empresa será também abrangida por esta medida. Basta olharmos para o caso da Iberdrola que também tem sede em Espanha e será abrangida por esta medida», diz Henrique Tomé, analista da XTB.

Minimizar a opinião pública?

António Costa Silva foi quem deu o tiro de partida em relação à hipótese de avançar com este imposto sobre lucros extraordinários, mas ao longo de semanas foi recuando, reconhecendo mesmo que as empresas não estavam preparadas. Mas a medida acabou por ser oficializada por Fernando Medina durante a apresentação da proposta do Orçamento do Estado, garantindo que até iria avançar já este ano. Agora, António Costa alargou o leque em relação às empresas abrangidas.

Uma medida que não surpreende Henrique Tomé. «Faz sentido avançar com estes aumentos dos impostos sobre os lucros extraordinários das empresas que têm beneficiado com os efeitos da inflação e devem servir para apoiar as medidas de apoio avançadas pelo Governo», disse ao Nascer do SOL.

No entanto, reconhece que é um tema controverso, «dado que os apoios do Governo são francamente inferiores quando comparamos com os aplicados nos restantes países da zona euro e isso é perceptível quando analisamos o impacto que estes gastos têm em relação ao PIB».

Mas também lembra que os resultados líquidos das energéticas têm aumentado substancialmente, devido ao aumento dos preços do gás natural e do petróleo. «Esta situação está a provocar descontentamento entre as empresas, sendo que nesta parte há uma clara má gestão da situação do lado do Governo». Opinião contrária tem em relação à taxa das empresas de distribuição: «Acredito que esta medida deva ser estudada melhor, pois, ao contrário das outras empresas energéticas, estes impostos extraordinários poderão penalizar seriamente o setor».

Já João César das Neves tinha garantido que uma situação excecional pode justificar a medida, mas lembrou que a dificuldade é determinar essa excecionalidade. «Alguns Governos em situação política mais precária, como em Espanha, Itália e Reino Unido, têm de agradar à opinião pública, e resistem com mais dificuldade a pressões populistas. Isto mostra menos a sabedoria da medida do que a fragilidade política desses países», chegou a admitir.

Empresas sólidas

Gonçalo Lobo Xavier recordou também que o setor da distribuição celebrou um contrato coletivo de trabalho com o sindicato, em que foi aumentado, em média, mais de 5% à tabela salarial, independentemente do valor do salário mínimo nacional. «Parece-me um bocadinho demagógico estarmos a falar que as empresas têm grandes resultados e que as pessoas estão a passar mal. Infelizmente temos um país que não é rico, mas que precisa de empresas sólidas que criem valor e que tenham, até muitas delas, capacidade de internacionalização», disse, acrescentando que «olhar para os resultados das empresas com um sentimento de desconforto parece-nos que faz muito pouco sentido numa altura em que o precisamos é de empresas fortes».

Lucros escandalizam

A EDP viu os lucros subir para os 518 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, apesar de a atividade em Portugal ter sido penalizada pela seca extrema e pelos elevados preços de eletricidade no mercado grossista da eletricidade ibérico.

A EDP Renováveis seguiu-lhe o caminho no aumento de lucros, que, neste caso, dispararam 181% para os 416 milhões de euros. E diz que os resultados «sólidos» e «robustos» neste período foram «maioritariamente» influenciados pelo aumento dos preços de venda e produção de energia.

Segue-se a Iberdrola, que viu os lucros aumentar 29% para os 3104 milhões de euros até setembro. E diz que quer chegar ao final do ano com lucros recorde: 4200 milhões.

Por sua vez, a Galp registou lucros de 608 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, o que representa uma subida de 86% face ao mesmo período do ano passado. E diz que os resultados «refletem um forte desempenho operacional em todos os segmentos de negócio». Já a Repsol viu os lucros disparar 66% para os 3222 milhões de euros até setembro. E diz que estes resultados lhe estão a permitir «compensar parcialmente as perdas» de 2019 e 2020.

A Jerónimo Martins registou, nos primeiros nove meses do ano, lucros atribuíveis de 419 milhões de euros, um aumento de 29,3% em relação ao período homólogo.

Para já, apenas a dona do Pingo Doce reagiu, afirmando que a empresa não está a ter lucros em excesso. «Em Portugal, temos as maiores taxas aplicáveis aos lucros das empresas e não sabemos como é que a lei vai incidir sobre os ditos lucros não esperados. Infelizmente, não vemos, em Portugal, um aumento dos lucros que nos permita dizer que estamos a ter lucros extraordinários ou excecionais. Mas temos de esperar para ver qual será o impacto da lei, dependerá do desenho da lei que for publicada», afirmou a empresa durante a apresentação de resultados.

Este imposto extraordinário tem vindo a ser aplicado em vários países europeus. Alemanha e Espanha já decidiram taxar os lucros de empresas do setor da energia e da banca, assim como a Itália, o Reino Unido, a Eslováquia, a Bulgária e a Roménia.

Fonte: Nascer do Sol via [SAPO](#)



31.outubro.2022

MELHORAR A INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR VISANDO O COMBATE AO GREENWASHING

A sua empresa está a utilizar alegações ecológicas nas suas marcas? E se sim, a sua empresa pode comprová-las? A sua empresa explica aos consumidores o que significa cada uma dessas alegações?

Continue a ler o artigo [aqui](#)

Fonte: Centromarca